



G

TRUNFOS DE UMA
EOGRAFIA ACTIVA

DESENVOLVIMENTO LOCAL,
AMBIENTE,
ORDENAMENTO
E TECNOLOGIA

Norberto Santos
Lúcio Cunha

COORDENAÇÃO

Bruno Neves, Maria José Roxo
*e-GEO – Centro de Estudos de Geografia e Planeamento Regional,
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa*

A PERCEPÇÃO DO TERMO «DESERTIFICAÇÃO» NA COMUNICAÇÃO SOCIAL EM PORTUGAL

INTRODUÇÃO

A Desertificação é um processo de degradação ambiental que, de acordo com as Nações Unidas, afecta 1/3 da superfície terrestre e que consequentemente se traduz por graves impactos quer nos sistemas ecológicos, quer na vida das populações. Apesar da sua dimensão e do seu impacto, a percepção sobre este fenómeno nem sempre é a correcta, mesmo nos países afectados, como é o caso de Portugal em que, de acordo com a Carta de Susceptibilidades à Desertificação, 36% do território continental nacional está susceptível ao fenómeno e tende a agravar.

São diversos os factores que contribuem para a Desertificação, mas foi um em concreto, a seca na região do Sahel, que despertou a atenção para a percepção do fenómeno na sociedade a nível global, e é de certa forma o exemplo mais referido na abordagem ao problema da Desertificação.

O Sahel, é uma região fortemente sujeita a secas. As mais graves datam de 1911 e 1940. Contudo a que despoletou o interesse de diversos organismos internacionais foi a seca de 1968-1973. As precipitações médias anuais de 1968, e de 1970 a 1973 foram muito inferiores às médias anuais da região, o que resultou na perda de solos agrícolas, de pastagens, gado, vegetação arbustiva e arbórea, e na redução generalizada das reservas de água, em países como a Alto Volta (actual Burkina Faso), Mali, Mauritânia, Nigéria e Senegal. Tal situação deu origem a um período de migrações, quer para Sul, quer para Norte. Foi o início do colapso de economias baseadas na agricultura e criação de gado no Alto Volta, Chade, Gâmbia, Mali, Mauritânia, Níger e Senegal (F. K. Hare *et al.*, 1992). Estima-se que estes períodos de seca causaram entre 100 000 a 250 000 vítimas (K. H. Cook, 2007) e que muitas acabaram por morrer durante as migrações em busca de alimentos e cuidados médicos, movimentos esses que deram origem a diversos campos de refugiados (F. K. Hare *et al.*, 1992).

Tão graves consequências levaram, em 1974, à organização de um programa de assistência internacional aos países afectados pela seca que consistia essencialmente em tentar travar as mortes devido à fome através de contribuições em géneros e em dinheiro, por parte das Nações Unidas e de outras instituições governamentais, que totalizaram aproximadamente 200 milhões de dólares. Em Dezembro desse ano, a Assembleia Geral das

Nações Unidas convocou para 1977 uma conferência sobre Desertificação, definindo à priori objectivos para esse evento. Destacam-se entre esses objectivos, a elaboração de um mapa mundial onde seriam representadas as áreas vulneráveis à desertificação e compilar informação sobre Desertificação com vista a efectuar estudos, bem como um plano de acção de combate ao fenómeno (F. K. Hare *et al.*, 1992).

A conferência anteriormente mencionada teve lugar em Nairobi, de 29 de Agosto a 9 de Setembro de 1977, designada de Conferência das Nações Unidas para a Desertificação onde foi adoptado o Plano de Acção de Combate à Desertificação já referido. Esta reunião internacional foi um marco no processo de divulgação e de chamada de atenção para este grave problema ambiental, social e económico (ONU, 1978).

Mais tarde, em 1991, o Programa Ambiental das Nações Unidas concluiu que a degradação do solo tinha aumentado nas áreas áridas, semi-áridas e sub-húmidas secas. Esta preocupação levou a que este problema fosse visto de forma integrada, incentivando ao Desenvolvimento Sustentável, que seria o tema da Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento, também conhecida como *Cimeira da Terra*, que teve lugar no Rio de Janeiro, de 3 a 14 de Junho de 1992. Nesta conferência ficou definido que em Junho de 1994 deveria estar preparada uma Convenção de Combate à Desertificação, com particular incidência sobre África, resolução que veio a ser adoptada em Dezembro de 1992 (UNCCD, 2009).

1. DESERTIFICAÇÃO EM PORTUGAL

Em Portugal o Problema da Desertificação começa a ganhar uma maior amplitude e consciencialização devido à crescente divulgação, resultante, entre outras, de importantes conferências internacionais organizadas pelas Nações Unidas. No entanto, a conferência que maior impacto e mais responsabilidades começou por trazer a Portugal foi a Convenção anteriormente agendada na Cimeira de Terra para 1994, que teve lugar em Paris (UNCCD, 2009). Tratou-se da quinta sessão das Nações Unidas, designada Comité de Negociação Intergovernamental para a Elaboração de uma Convenção Internacional sobre o Combate à Desertificação nos Países Afectados pela Seca e/ou Desertificação Grave, em Particular, em África, que teve lugar entre 6 e 17 de Junho, dia em que foi adoptada (UNCCD, 2004). Nos dias 14 e 15 de Outubro foi assinada (Portugal é país signatário desde dia 14) e a 26 de Dezembro de 1996 entrou em vigor.

Actualmente fazem parte da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação (UNCCD) 193 Países (UNCCD, 2009), os quais estão divididos por cinco diferentes anexos regionais: Anexo I – África; Anexo II – Ásia; Anexo III – América Latina e Caraíbas; Anexo IV – Mediterrâneo Norte; Anexo V – Europa Central e de Leste (Nações Unidas, 1994).

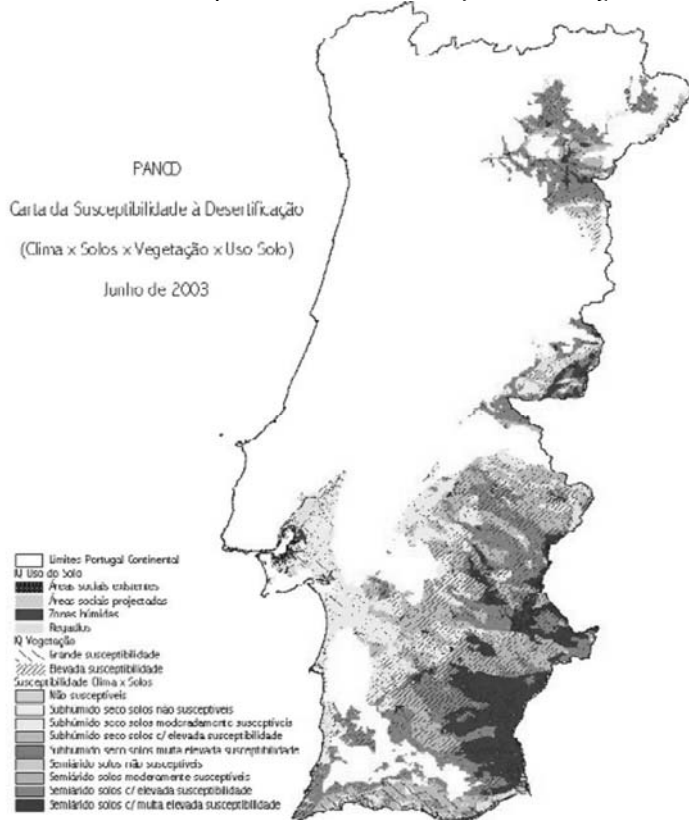
Os países signatários da UNCCD passaram a ter obrigações nesta matéria. Uma dessas obrigações incidiu na elaboração de Planos de Acção Nacionais de Combate à Desertificação (PANCD) e na identificação de áreas susceptíveis à desertificação e à seca, bem como a divulgação do fenómeno. Portugal, como país signatário, elaborou um mapa com as áreas susceptíveis à desertificação, parte integrante do PANCD.

Figura 1 – Anexos Regionais referentes à Desertificação



Fonte: United Nations to Combat Desertification (por cortesia da UNESCO)
<http://www.unccd.int/regional/menu.php>

Figura 2 – Carta de Susceptibilidade à Desertificação em Portugal Continental



Fonte: Combate à Desertificação: Orientações para os Planos Regionais de Ordenamento do Território, DGOTDU, 2006

2. A PERCEPÇÃO DA DESERTIFICAÇÃO EM PORTUGAL

2.1. Metodologia

764

a) O objectivo deste estudo é entender o que é, e sobre o que se fala de Desertificação em Portugal na Comunicação Social. A metodologia consiste na construção de uma base de dados, baseada na pesquisa, na Internet, de notícias sobre Desertificação para o País, apoiando-se no Motor de Busca *Google News*, para o qual foram definidos os seguintes critérios: (a) pesquisa através da palavra: «Desertificação»; (b) em «Arquivos» escolheu-se a opção «All dates»; (c) optou-se pela escolha de «Timeline», e assim ter acesso por ordem cronológica; (d) a recolha de informação foi feita mês a mês, entre 15 de Janeiro de 2009 e 26 de Julho de 2009, havendo registo de notícias sobre o tema desde 02 de Julho de 2001 e como data final do levantamento da informação, o fim de Junho de 2009, dada a impossibilidade de concluir o levantamento relativo ao ano de 2009;

Para a pesquisa foram criados os seguintes campos de informação: (1) Código de notícia; (2) Data da Pesquisa; (3) Tema da Notícia; (4) Localização Geográfica; (5) Descrição da Notícia; (6) Referência a «autores»; (7) Referência a Instituições/Projectos/e outros; (8) Fonte, subdividido em três subgrupos: Data da Notícia, Fonte da Notícia, *Link* para a Notícia.

b) Foram excluídas as notícias de Desertificação de fontes internacionais e as notícias que abordam o tema mas não para Portugal.

A escolha de um motor de busca de notícias prende-se com o facto de este permitir o acesso a fontes de informação diversificadas. Nos arquivos de um jornal, televisão ou rádio seria sempre mais confinada às fontes de informação mais conhecidas e a nível nacional.

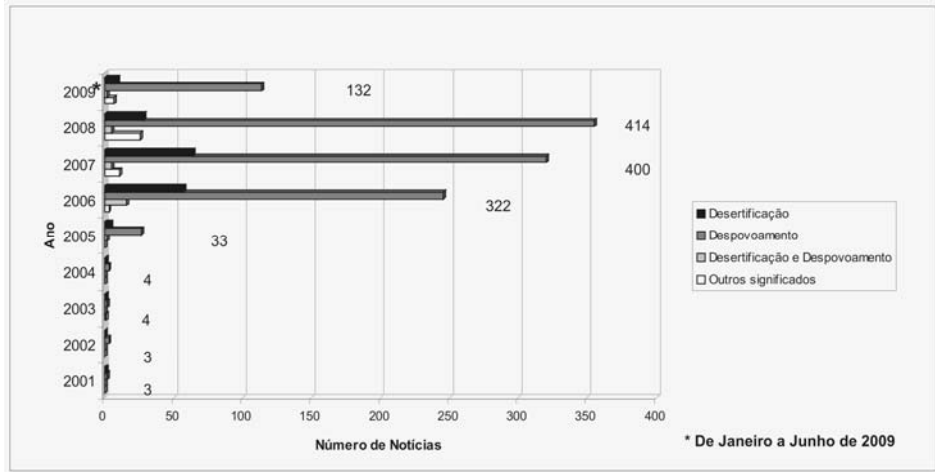
O tratamento e cartografia da informação obtida têm como objectivos a comparação com a Carta de Susceptibilidade à Desertificação. Pretende-se saber até que ponto a informação transmitida na Comunicação Social é coincidente com a realidade do país. Pretende-se igualmente entender o volume de informação transmitido de forma correcta, de acordo com a terminologia, e de que modo tem evoluído.

2.2. Resultados do caso de estudo

Reunida e agregada a informação, verificou-se que das 1315 notícias analisadas pelas diferentes 107 fontes, entre as quais: (1) 911 (69%) notícias em Jornais; (2) 107 (8%) em Rádios; (3) 91 (7%) em Televisões e (4) 206 (16%) em Outras fontes como portais ou websites governamentais: (a) 165 (13%) notícias correspondem a Desertificação; (b) 1072 (81%) correspondem a Despovoamento; (c) 30 (2%) correspondem a Desertificação e Despovoamento como sendo um único conceito e; (d) 48 (4%) correspondem a outros temas que não são nem Desertificação nem Despovoamento.

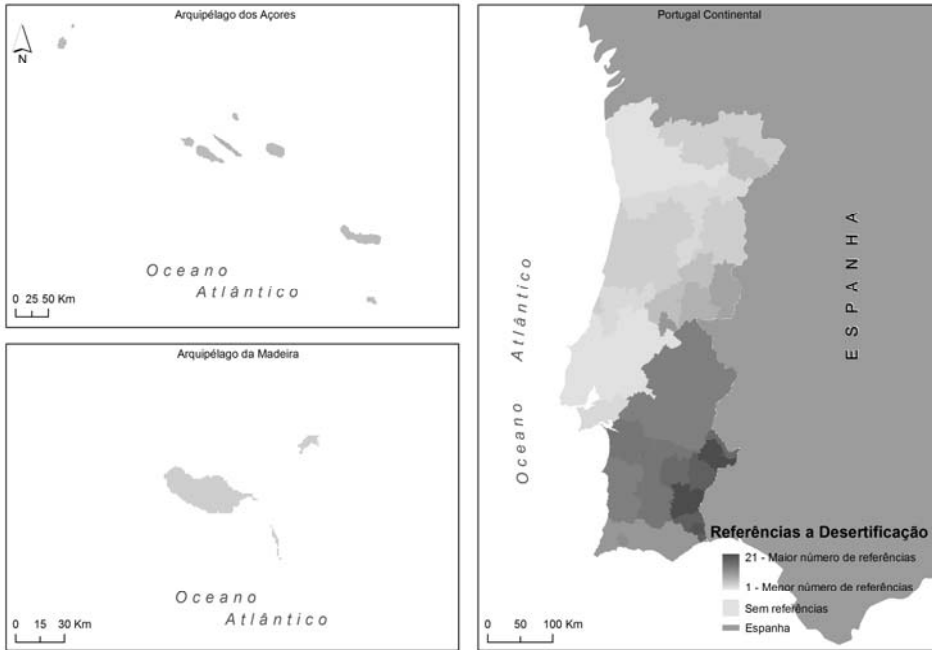
Na Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação nos países afectados por seca grave e/ou desertificação, particularmente na África, de 6 e 17 de Junho de 1994, ficaram definidos diversos conceitos entre os quais o conceito de Desertificação, que se entende por «*degradação da terra nas zonas áridas, semi-áridas e sub-húmidas secas, resultantes de vários factores, incluindo as variações climáticas e as actividades humanas*», conceito bastante claro e diferente do conceito de Despovoamento.

Figura 3 – Distribuição temporal do número de notícias para o termo “Desertificação” em Portugal, entre 2001 e 2009



Fonte: Neves, B; Roxo, M.J., 2009

Figura 4 – Distribuição espacial do número de registos sobre Desertificação em Portugal, entre 2001 e 2009



Fonte: Neves, B; Roxo, M.J., 2009

2.2.1. Desertificação

A desertificação começa a ganhar relevância na Comunicação Social apenas em 2005, altura em que pela primeira vez é feita referência ao ano de 2006 como sendo o Ano Internacional dos Desertos e da Desertificação. O ano de 2006, por essa razão teve um enorme acréscimo devido ao número, principalmente, de conferências que tiveram lugar nesse ano, não só devido a ser o Ano Internacional dos Desertos e da Desertificação mas também devido ao Dia Mundial de Luta Contra a Desertificação e a Seca (17 de Junho). Este número foi apenas superado em 2007, contudo, em 2008 um decréscimo no número de eventos, teve como consequência a perda de relevância do tema na Comunicação Social devido ao seu carácter ainda muito científico e académico. Na análise espacial sobre Desertificação foi ainda possível verificar que as áreas mais referidas nas notícias coincidem com as áreas susceptíveis à Desertificação representadas na Carta de Susceptibilidade à Desertificação do PANCD – Programa de Acção de Combate à Desertificação.

2.2.2. Despovoamento

O ano de 2005 é igualmente o ano em que as notícias sobre despovoamento ganham relevância devido a ser ano de eleições. Aliás, é o facto de, ao contrário do que acontece com o tema Desertificação, as notícias sobre Despovoamento estarem ligadas ao meio político que lhe confere esta relevância. A desertificação falhou esta ligação, um dos grandes objectivos das Nações Unidas é precisamente o de envolver o Governo, apelando à consciencialização do público em geral sobre o fenómeno.

São temas de notícias de despovoamento as medidas de incentivo à fixação de população quer em áreas de menor densidade populacional, quer nos grandes centros urbanos onde se destacam medidas de reabilitação destes centros. Dado o cariz político deste tema na Comunicação Social, políticos como Cavaco Silva, na condição de Presidente da República, José Sócrates como Primeiro-Ministro, ainda os Secretários Gerais dos principais Partidos Políticos, são bastante referidos nas notícias pelas suas ideologias e críticas.

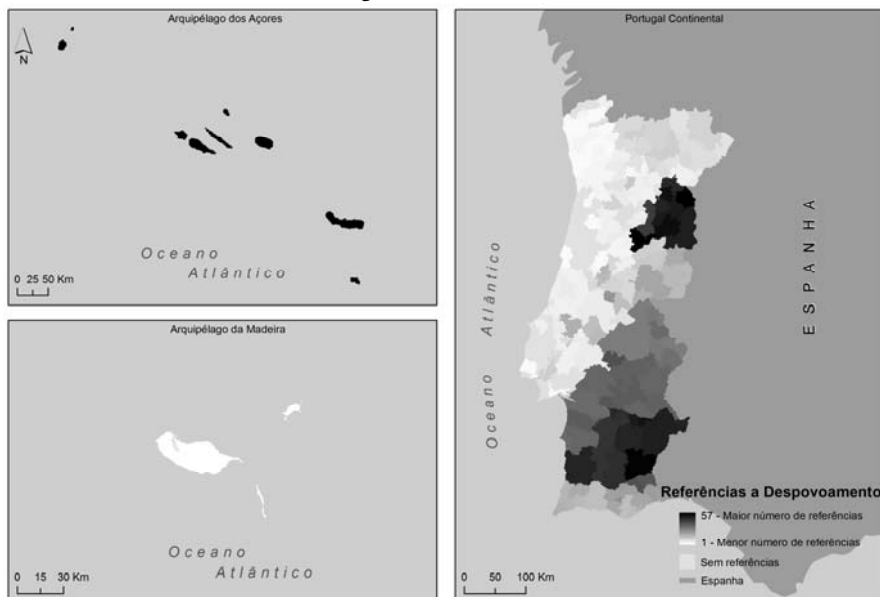
2.2.3. Despovoamento e Desertificação

Em 2006, com o crescente número de notícias sobre eventos alusivos ao Ano Internacional dos Desertos e da Desertificação, aumentou a confusão entre os conceitos de Desertificação e Despovoamento. O Primeiro referido como Desertificação Física e o segundo Desertificação Humana. Dada a natureza académica do tema, Eugénio Sequeira, como Presidente da LPN, devido às Jornadas Ambientais da LPN, foi figura de grande destaque.

2.2.4. Outras Referências

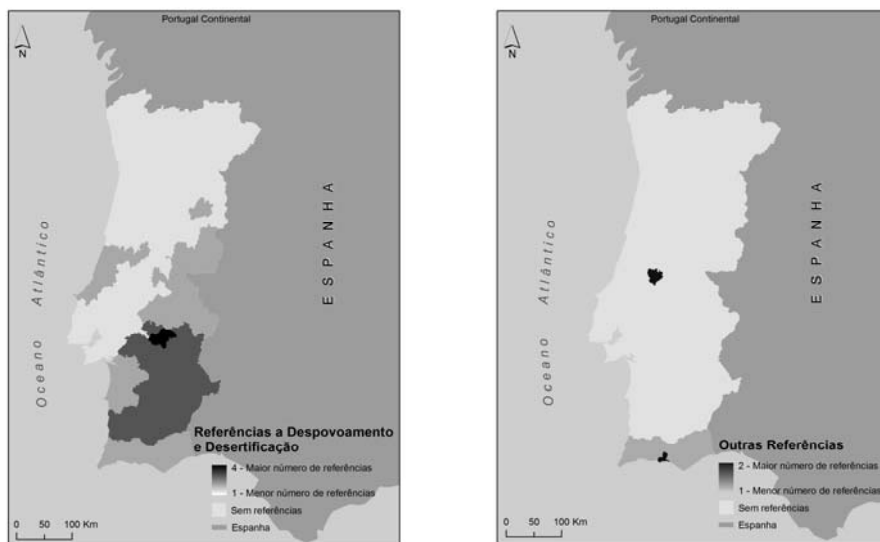
A apropriação do termo Desertificação perde por completo o seu sentido original como conceito quando usado como decréscimo do comércio numa determinada área/hora, ou noutros casos em que se usa o termo para, por exemplo: *desertificação capilar*, *desertificação de salas de cinema*, *desertificação ideológica*, *desertificação militar*, *desertificação poética*, *desertificação política*, etc. sem o mínimo rigor científico.

Figura 5 – Distribuição espacial do número de registos sobre Despovoamento em Portugal, entre 2001 e 2009



Fonte: Neves, B; Roxo, M.J., 2009

Figuras 6 e 7 – Distribuição espacial do número de registos sobre Desertificação e Despovoamento em Portugal, entre 2001 e 2009 (Esquerda) e Distribuição espacial do número de registos sobre Outras referências como sendo Desertificação em Portugal, entre 2001 e 2009 (Direita)



Fonte: Neves, B; Roxo, M.J., 2009

Desde 23 de Dezembro de 2003, data em que a Assembleia Geral das Nações Unidas, através da Resolução 211, 58ª Sessão, definiu como uma das principais metas dos governos dos países afectados pela Desertificação, precisamente a sua envolvimento, contudo, estas questões parecem não ter grande relevância. Sempre que surge uma notícia a nível político sobre o tema, tem por base as Nações Unidas ou a União Europeia. Decisões políticas nacionais não têm quase destaque. Como não teve destaque, a grande seca de 2005, ano considerado pelo INAG – Instituto Nacional da Água de muito Seco, não havendo portanto qualquer associação entre Seca e Desertificação.

A Desertificação em Portugal, como tema, teve o seu auge com base em datas específicas como o Ano Internacional dos Desertos e da Desertificação ou o Dia Mundial de Luta Contra a Desertificação e a Seca através de eventos científicos que perderam relevância nos últimos dois anos para uma apropriação cada vez maior do conceito como sendo sinónimo de despovoamento, como se tem vindo a verificar. Mais preocupante ainda é a banalização deste mesmo conceito para outras áreas do conhecimento, referido anteriormente, sem qualquer rigor científico, por parte da Comunicação Social, bem como a facilidade que estes termos passam a ser usados pela sociedade em geral.

Projectos da União Europeia como o LUCINDA – Land Care In Desertification Affected Areas, From Science Towards Application, em cujos objectivos passam por fornecer informação sobre Desertificação, com uma linguagem acessível, junto dos decisores, quer a nível regional, quer local, são ferramentas importantes para a compreensão e atenuação do fenómeno.

Actualmente, o fenómeno da Desertificação, a par das Mudanças Climáticas, são dos mais graves problemas à escala global, por isso têm vindo a merecer particular atenção das Nações Unidas e de outras organizações internacionais. Poderá ser esta a oportunidade de grandes decisões a nível político serem levadas a cabo nesta matéria, como se espera recentemente, a nível internacional, da Cimeira de Copenhaga, na Dinamarca.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Combate à Desertificação: Orientações para os Planos Regionais de Ordenamento do Território 2006, *Direcção Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano*.
- Cook, K.H. 2007, *World Climate News: Drought and Desertification in the Sahel*.
- Hare, F.K. et al. 1992, *Desertificação: Causas e Consequências*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- Intergovernmental Negotiating Committee for the Elaboration of an International Convention to Combat Desertification in those Countries Experiencing Serious Drought and/or Desertification, Particularly in Africa 1994, *United Nations Convention to Combat Desertification*, [Online] Available at: <http://www.unccd.int/convention/history/INCDresolution.php>
- Resolution adopted by the General Assembly 2004, *United Nations*, [Online] Available at: http://www.unccd.int/IYDD/documents/A_RES_58_211_en_g.pdf
- Status of preparations for the International Year of Deserts and Desertification 2005, *United Nations*
- The Convention 2009, *United Nations Convention to Combat Desertification*, [Online] Available at: <http://www.unccd.int/convention/menu.php>